

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta o seu número 51, neste primeiro quadrimestre de 2021.

Em primeiro lugar, introduzimos o dossiê “Pesquisa em Direito na Perspectiva Empírica: Práticas, Saberes e Moralidades”, proposto e organizado pelos professores Roberto Kant de Lima, Bárbara Gomes Lupetti Baptista, Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva, Maria Stella Faria de Amorim e Michel Lobo Toledo Lima. O dossiê inicia com um artigo de autoria dos seus próprios organizadores, no qual eles apresentam as discussões centrais da área e as principais relações entre os oito artigos publicados. Os trabalhos, oriundos de pesquisas de cunho qualitativo, tomam o direito como objeto empírico e, nesse sentido, como um campo cujas práticas e discursos devem ser analisados na sua dimensão social e moral, e não apenas normativa. Nesse sentido, como abordado no artigo de apresentação do dossiê e nos artigos publicados, busca-se colocar em discussão a coexistência e articulação, ou não, de diferentes sensibilidades legais nas formas de fazer e produzir “justiça”.

Além desse debate, o presente número da *Antropolítica* traz cinco artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista.

O primeiro artigo, de Krystal Urbano, intitulado “Beyond Western Pop Lenses: o circuito das japonesidades e coreanidades pop e seus eventos culturais/musicais em SP e RJ”, da Universidade Federal Fluminense. O artigo aborda a “cultura pop no Brasil”, em especial, do fenômeno da Japão Mania e da Onda Coreana no Brasil, através de uma etnografia das convenções e eventos de fãs e dos shows e espetáculos e das festas noturnas e matinês de música, buscando perceber o processo de recepção e consumo da experiência com a cultura pop japonesa e sul-coreana entre seus realizadores e frequentadores.

Dando continuidade a essa arena de discussões, o segundo artigo de Isis Caroline Nagami, da Universidade Estadual Paulista, intitulado “Os entre-lugares na relação Brasil-Japão: migrações, performances e deslocamentos”, propõe percorrer as multiplicidades de experiências relacionadas à cultura japonesa no Brasil a partir da perspectiva dos estudos de performance, considerando o corpo como local de mediação das experiências, do individual ao coletivo. Além disso, através dos conflitos sobre a representação de uma família japonesa e sobre os *otakus* e *cosplayers* em duas novelas brasileiras, e da atuação de coletivos de descendentes de asiáticos no Brasil, o artigo analisa estereótipos, experiências de racismo e o mito da minoria modelo, buscando entender

o lugar dos japoneses no processo migratório no Brasil pautado na ideia das três raças.

O terceiro artigo, denominado “Dos fios que desafiam significados no mundo. Notas antropológicas sobre poéticas e políticas de morte e de vida”, de Giovana Acacia Tempesta, da Universidade de Brasília, discute as obras da artista visual Rosana Paulino e da intelectual e ativista negra Leila Gonzalez, para compreender as conexões entre cultura visual e preconceito de raça e gênero no Brasil contemporâneo. Assim, a partir de uma perspectiva antropológica, o artigo analisa a perdurabilidade de dispositivos racistas e misóginos e sua relação com projetos de resistência, luta e transformação da realidade, tomados como expressões de estilos singulares de criatividade.

O quarto artigo, de autoria de Luis Carlos Fridman, da Universidade Federal Fluminense, alcunhado de “Rock e insurgência nos anos 1960”, aborda a explosão do rock no contexto mais amplo das convulsões políticas e das mudanças culturais daqueles anos. O artigo busca estabelecer conexões entre as esferas da música popular e os ímpetus transformadores das ruas através do conceito de “afinidades eletivas”, proposto por Max Weber.

O quinto e último artigo do fluxo contínuo, de Gilson Gil, da Universidade Federal do Amazonas, possui como título “Socorro! Caí da boca! A cultura dos detentores de cargos de confiança – Um estudo de caso” e aborda as crenças, os valores, e os princípios norteadores das ações de um segmento dos detentores de cargos de confiança do Governo do Amazonas. A análise se enquadra nas reflexões sobre o serviço, a administração pública, as políticas e os programas de reforma administrativa, bem como o papel do Estado no Brasil.

Em seguida, na seção “Olhares Cruzados”, voltada para a publicação de artigos que reflitam sobre as várias dimensões do fazer antropológico, priorizando a discussão sobre a perspectiva internacional, transnacional e/ou comparada na experiência do pesquisador. Nesse número, publicamos o artigo “Um país, duas pesquisas: a construção dos trabalhos de campo no Marrocos”, de Bruno Ferraz Bartel, da Universidade Federal do Piauí. O autor busca explorar sua experiência de trabalho de campo etnográfico no Marrocos em dois momentos distintos de sua formação antropológica, mestrado e doutorado, abordando as diferentes questões analíticas e metodológicas suscitadas em cada contexto de pesquisa. Com isso, traça uma reflexão não apenas sobre a diversidade dos modos de vivenciar o islã na sociedade marroquina, mas também sobre os desafios da internacionalização da antropologia brasileira através da realização de trabalhos de campo em outros contextos nacionais. Neste sentido, o autor pontua a importância da construção de redes institucionais de pesquisa e de pesquisadores que possam fornecer estrutura para a viabilização das atividades de pesquisa.

Finalizamos o número 51 da *Antropolítica* com a resenha da obra “Un mundo ch’ixi es

posible – Ensayos desde un presente en crisis”, de Silvia Cusicanqui Rivera, publicado em 2018 pela Editora Tinta Limón, de Buenos Aires. A resenha, elaborada por Spensy Kmitta Pimente, da Universidade Federal do Sul da Bahia, analisa os quatros ensaios mais recentes contidos no livro da socióloga boliviana. Em termos gerais, o livro traz reflexões sobre a relação “bovarista” dos intelectuais mestiços latino-americanos com o contexto colonial que vivem em seus países e retoma as obras de diversos autores bolivianos do século XX e os chamados “estudos decoloniais”.

A imagem da capa deste número, escolhida pelos organizadores do dossiê, corresponde à sentença proferida contra os réus do levante e conjuração de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1792. Autos da Devassa da Conjuração Mineira. Arquivo Nacional. Arquivo Nacional.

Em conclusão, informarmos que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da *Antropologia*, em regime de fluxo contínuo, através do site <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações sobre a revista. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar as atualizações da Antropolítica em nossos perfis no *Facebook* (Antropolítica), no *Instagram* (@antropoliticauff) e no *Twitter* (@RAntropolitica).

Boa leitura!